



# Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 05 DE JANEIRO DE 1979

ANO IV

## PROPOSIÇÃO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

A Constituição Estadual passa a vigorar com as seguintes alterações:

O artigo 55 fica acrescido de § 3o., com a redação:

"Art. 55 — .....

§ 3o. — Os integrantes da Polícia Militar do Estado constituem categoria especial de servidores públicos estaduais com a denominação de Policiais Militares".

O artigo 70 fica acrescido de Item III, com redação:

"Art. 70 — .....

III — Ao entrarem em efetivo exercício da função de Policial Militar, a gratificação de categoria especial, equivalente a 1/3 (um terço) sobre os vencimentos e acréscimos previstos nos itens I e II".

Sala das Sessões, em 05 de janeiro de 1979.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

Apoio: José Domingos Scarpelini, Hélio Manfrinato, Adalberto Daros, Renato Bernardi, Otássio Pereira, Luiz Alberto

Oliveira, Dácio Leonel, Alfredo Gulin, Paulo Camargo, Luiz Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Gabriel Manoel, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Jurandir Messias, Manoel Gaona, Lineu Turra, Egon Pudell e Enéas Faria.

### JUSTIFICATIVA:

Há vários decênios, a gratificação de risco de vida ou saú-

de, vinha sendo paga regularmente a todos os integrantes das Corporações Militares de nosso Estado, bem como, a todas as categorias funcionais para cujo exercício de suas funções exigisse desempenho com perigo de vida ou saúde. Hoje, criou-se tamanho tumulto administrativo em relação a essa matéria, não sendo raro que servidores da mesma categoria, quer em atividade ou inativos, recebam tratamento diverso. Assim alguns militares estão recebendo integralmente a gratificação por conta de risco de vida ou saúde, enquanto que outros recebem-na congelada e muitos deles nada recebem.

Essa situação vem provocando sérios inconvenientes para a Administração, com a proliferação de Mandados de Segurança impetrados contra o Estado, cujas decisões somente beneficiam aqueles que se socorrerem dos meios judiciais para assegurarem seus direitos. Esse fato faz com que não haja equidade de tratamento, e muitas vezes, deixa de atender os mais carentes de recursos, os quais não podem dispor de qualquer quantia de seu parco orçamento para arcar com as despesas de advogado e custas judiciais.

Inserindo os dispositivos acima em nossa Constituição, estaremos amparando essa Classe de Servidores que vem prestando reconhecidos serviços à coletividade."

A emenda mereceu o seguinte despacho desta Presidência: Publique-se no "Diário da Assembléia" e em Avulsos, para conhecimento dos Srs. Deputados.